

A Crise Asiática e a China

Henrique Altemani de Oliveira



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

A Crise Asiática e a China^{*}

Henrique Altemani de Oliveira^{**}

INTRODUÇÃO

A crise econômica asiática foi um evento de proporções incalculáveis no pós-Guerra Fria, levantando a possibilidade, de um lado, de eclosão de tensões e conflitos internacionais e, de outro, de crises políticas e sociais nos diferentes países.

Enquanto a confiança no *milagre econômico asiático* foi seriamente abalada, surgiram e ampliaram-se questionamentos sobre os benefícios da globalização e da interdependência econômica, com sérias críticas ao papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) e crescimento de um sentimento anti-ocidental, com uma relativa centralização no papel dos Estados Unidos.

Ainda que tenha ocorrido rapidamente e sem muitas sinalizações, apresenta-se relativamente simples definir suas implicações a longo prazo. No entanto, o problema é que a quase totalidade das análises atêm-se exclusivamente ao plano econômico, sendo que, na nossa perspectiva, negócios na Ásia não ocorrem e nem podem ser analisados num vácuo político, social e até mesmo estratégico.

Neste sentido, grosso modo, pode-se aventar a hipótese de que a crise atinge um ponto fundamental da estabilidade estratégica do pós-Guerra Fria na Ásia-Pacífico: a coesão regional através do processo de desenvolvimento econômico. Complementarmente, pode-se também raciocinar que a China emerge relativamente fortalecida da crise.

No plano mais genérico, a crise dos mercados financeiros teve como resultado mais imediato o fato de abalar as perspectivas de um século XXI voltado para a manutenção de um clima pacífico e próspero em decorrência da existência de mercados livres sem fronteiras, numa economia internacional globalmente integrada.

A comunidade internacional, às vésperas do século XXI, está agora frente a um teste. Sua resposta em termos de controle da crise financeira pode assinalar se permanece mantendo condições de continuar operando dentro de uma estrutura de ação multilateral cooperativa. Assim, em primeiro lugar, apresenta-se a necessidade de se raciocinar sobre o

^{*} Texto do evento “Dissonâncias Sino-Japonesas Diante da Crise Financeira Asiática”, realizado no IEA em 1999.

^{**} Professor do Departamento de Política da PUC/SP e Coordenador Adjunto do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais/USP.

papel que os principais poderes podem desempenhar no momento e no futuro, assim como sobre as possibilidades de atuação que se vislumbram para os países emergentes.

Em segundo lugar, apresenta-se igualmente a pressuposição da existência de uma íntima relação entre as variáveis econômicas e estratégicas como garantia de um continuado desenvolvimento econômico mundial.

Um inter-relacionamento interativo e sinérgico desenvolveu-se entre economia, política e segurança militar, não podendo ser significativamente separado: paz é pré-condição para a prosperidade e uma criativa diplomacia para gerenciar rivais econômicos e relações comerciais no mercado global é, por sua vez, pré-condição para uma paz duradoura.¹

CAUSAS DA CRISE ASIÁTICA

Ainda que seja muito mais pertinente avaliar as conseqüências da crise, do que suas motivações, para melhor compreensão do posterior posicionamento chinês, pretendemos rapidamente visualizar porque a crise ocorreu.

O que é notável sobre a atual crise é sua natureza política, não só em termos de seus efeitos, mas também de suas causas. Ações e declarações de líderes políticos desempenharam um papel chave na exacerbação e aprofundamento da turbulência regional.²

No início da crise, as principais preocupações centravam-se na definição das razões que motivaram a crise e nas medidas que deveriam ser implementadas para sua superação, nas possibilidades de transferências de problemas sociais e políticos de um país para o outro e no papel a ser desempenhado pela China e pelo Japão.

Inicialmente, detectou-se a percepção regional de que a crise foi muito mais gerada por pressões do sistema internacional, do que decorrente de fragilidades internas. Nesse sentido, as colocações de Mahathir Mohamad transferindo a culpa sobre Soros ou o FMI,

¹ KEGLEY, Charles. "Prospect for prosperity with peace in the Pacific Rim". *Carta Internacional*, NUPRI/USP, 64: 7 de junho de 1998.

² DIBB, Paul; HALE, David D. & PRINCE, Peter. "The strategic implications of Asia's economic crisis". *Survival*, 40 (2): 6, Summer 1998

aparentemente não são só bravatas, mas refletem uma opinião generalizada. O recém lançado livro *Hidden Agenda*³ retoma a teoria conspiratória, pela qual o Ocidente teria manipulado a crise para sustar o desenvolvimento do Leste Asiático.

De outro lado, as ponderações de que a crise seria decorrente de deficiências internas, como a corrupção, clientelismo, falta de transparência e até mesmo como ausência de democracia, ferem o orgulho dos que acreditavam na inevitabilidade do crescimento. Orgulho ferido ou renascimento de nacionalismos, ainda mais com a ligeira sensação do surgimento em alguns círculos ocidentais de um certo grau de triunfalismo, com considerações de que "os valores asiáticos" estão agora confirmados como inferiores aos do Ocidente.

Na perspectiva chinesa, constata-se a inexistência de sistemas eficazes para supervisionar e controlar os grandes capitais financeiros que se movem no mercado mundial permitindo que alguns especuladores criem problemas. De outro lado,

os tradicionais *pacotes de assistência* oferecidos por alguns organismos financeiros internacionais ou por países desenvolvidos têm um efeito limitado. Usualmente impõem condições que são favoráveis para as reformas econômicas, sociais e políticas do tipo ocidental e por isso criam complexas crises de ordem política e social.⁴

Mas, no plano externo, a grande inquietação aparenta concentrar-se no papel a ser desempenhado pela China nesse processo de crise. É por demais patente o temor de que a China resolva desvalorizar sua moeda e, de roldão, provoque uma nova onda de desvalorizações e de quebras no Sudeste Asiático.

Esquemáticamente, podem ser apontadas quatro principais causas para a crise econômica asiática:

1. Excessivo Investimento Externo. O rápido crescimento das economias do Sudeste Asiático tornou a região altamente atraente para os investidores japoneses e europeus que, em decorrência das baixas taxas em seus países, apresentavam uma elevada disponibilidade de capitais e uma alta confiança quanto aos riscos de investimentos nos

³ WING, Um Kok; CHAI, Robert Ho You & FAH, Yee Mee. *Hidden Agenda*. Kuala Lumpur, Malaysia, 1998.

⁴ SICHENG, Zou. "El sistema financiero internacional en la encrucijada" *Beijing Informa*, no. 38, 22.09.1998, p. 8.

países em desenvolvimento. Assim, por exemplo, em junho de 1997 constatava-se um volume de US\$ 370 bilhões de empréstimos bancários internacionais para a Ásia como um todo, dos quais US\$ 242 bilhões com uma maturidade inferior a um ano. Conseqüentemente, os elevados empréstimos a curto prazo geraram um alto endividamento externo, propriedades sobrevalorizadas, grandes déficits em conta corrente e redução na competitividade externa devido às moedas sobrevalorizadas.

2. *Inadequada Supervisão Financeira.* Regras bancárias obsoletas e baixa fiscalização unidas a práticas de corrupção deixaram muitas nações asiáticas totalmente despreparadas para gerenciar um fluxo de fundos externos num mercado de capitais globalizado.

3. *Excessiva confiança no mercado.* A confiança de muitos líderes asiáticos ambiciosos em tocar seus planos de desenvolvimento sem considerar os fundamentos econômicos e participar dos centros financeiros internacionais pela liberalização prematura dos mercados financeiros foi muitas vezes apoiada por um conjunto de agências internacionais, banqueiros e investidores.

4. *Política.* Um outro fator foi o conflito entre os imperativos econômicos e os políticos. A recusa política de efetivação de reformas estruturais em determinadas economias asiáticas propiciou o problema de super oferta de capitais externos e da baixa prática de supervisão. E, de outro lado, o processo acelerado de desenvolvimento econômico transformou-se num instrumento político de postergação de um acordo de resolução dos conflitos internos. Para Alagappa,

as conseqüências do rápido crescimento econômico ao nível doméstico podem ser exploradas em termos de seus impactos sobre os conflitos correlacionados à identidade nacional, à legitimidade de governos e de sistemas políticos e à manutenção da lei e da ordem. Que o crescimento econômico pode suavizar o conflito étnico é agora aceito como um artigo de fé.⁵

⁵ ALAGAPPA, Muthiah. "Systemic change, security, and governance in the Asia-Pacific". IN: CHEE, Chan Heng. *The New Asia-Pacific Order*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore, 1997. P. 56.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DA CRISE

A principal consequência da crise asiática concentra-se no fato de se ter implodido a confiança na economia regional. E, em decorrência, a possibilidade de gerar profundos efeitos sobre a coesão política e social dos diferentes Estados.

No complexo jogo entre o doméstico e o externo, percebe-se muito claramente a angústia gerada pela percepção de que a crise, se não rapidamente controlada, poderá exigir a definição de um novo pacto político-social interno, ao mesmo tempo em que a interdependência entre os diferentes Estados facilita sobremaneira a transferência não só de problemas mas também de levas de desempregados. Por mais irônico que pareça, no momento da crise retomou-se a iniciativa de repatriar trabalhadores ilegais, que no momento de bonança são necessários, mas que na crise são descartáveis. Nesse sentido, uma sensação constante, por exemplo, era de que se a crise na Indonésia persistisse, todos os outros Estados, mas principalmente Malásia e Cingapura, seriam fortemente afetados não só no plano econômico, mas principalmente no sócio-político.

Neste sentido, "o colapso da prosperidade econômica da Ásia poderá ameaçar a base da estabilidade política através da região".⁶

REAÇÕES CHINESAS

Numa análise objetiva, Yuanhua pondera que o principal fator externo da crise foi o irracional e injusto sistema monetário e econômico internacional, possibilitando que capitais internacionais ociosos criassem problemas em frágeis mercados em desenvolvimento. Neste sentido, a crise não é acidental e reflete um desequilíbrio estrutural que existia há muito tempo em alguns países asiáticos, assim como a falta de adequação dos mecanismos de mercado ante a globalização econômica e monetária junto com a liberalização do comércio e dos investimentos.

Dessa forma, para Yuanhua⁷ a crise teve cinco características:

a) O investimento desordenado criou uma bolha econômica, com as empresas absorvendo empréstimos e fazendo investimento em quantidades excessivas;

⁶ DIBB, Paul., op. cit. p. 15

⁷ YUANHUA, Yang. "Recuperación económica de Asia requiere tiempo". *Beijing Informa*, no. 1, 05.01.1999, pp.: 14-17

b) A fraqueza e confusão do sistema bancário, sempre à beira de uma bancarrota devido às más dívidas;

c) Não se trata somente de uma crise financeira, mas também de excessos estruturais de investimento e produção derivados da irracionalidade e do desequilíbrio das estruturas industriais e monetárias;

d) Trata-se de uma crise que revela as limitações da estrutura política. A burocracia política e os grandes consórcios unem-se na geração de corrupção, ajudados pela falta de transparência dos mercados e pela ausência de um sistema legal forte. A prática de ir contra as regras econômicas e usar fundos cegamente levou ao colapso da *bolha econômica*;

e) Finalmente, é uma crise geral dos níveis políticos, sociais, econômicos e monetários. O crescimento do desnível entre ricos e pobres, a corrupção, os conflitos entre facções políticas e os erros governamentais causaram sérios desequilíbrios nas estruturas econômicas, sociais e políticas. A crise intensificou a instabilidade política e social, o que, por sua vez, aprofundou a turbulência econômica e monetária.

Nesta linha de raciocínio, analistas chineses procuraram rechaçar a hipótese de que a crise tenha como base o crescimento da maior competição dos produtos chineses.

Há um ponto de vista de que a competitividade das exportações chinesas tenha levado à crise financeira do Sudeste Asiático. Isto não tem fundamento. Além de um sistema financeiro incompleto, da recente abertura do mercado financeiro, da corrupção governamental e do nepotismo nos negócios e outras deficiências financeiras, a causa mais importante foi o comportamento econômico, como a superprodução e o excesso de produtos de alta tecnologia.⁸

Ainda que a República Popular da China não tenha sido diretamente atingida pela crise ela está tremendamente ameaçada por conseqüências desestabilizadoras desta crise. Isto porque ela apresenta os mesmos problemas que propiciaram o estopim da tempestade em seus vizinhos. De um lado, investimento constante e intensivo nas empresas estatais com baixa produtividade e um setor bancário ineficiente, pouco transparente e sujeito a

⁸ ZHENGLING, Kou. "La economía china en 1999: Estímulo dei consumo individual y desarrollo sostenido". *Beijing Informa*, no. 1, 05.01.1999, pp.: 11-12.

práticas clientelísticas. De outro lado, caso a China entre em crise, o povo chinês poderá começar a duvidar da eficiência do *socialismo com características chinesas*, sendo que uma crise de legitimidade provavelmente será acompanhada de instabilidade política.

Neste sentido, pode-se considerar que a crise financeira asiática teve um impacto psicológico e outro tangível sobre a China.⁹ Em termos psicológicos, a visualização da bancarrota de empresas no Japão, Coréia do Sul e no Sudeste Asiático abalou a confiança dos *policy-makers* chineses, pela constatação de compartilharem as mesmas práticas que geraram a crise, retomando-se a questão da percepção da má alocação de recursos.

Já no plano concreto, o desenvolvimento do setor não estatal baseia-se principalmente em investimentos externos diretos *da Ásia* e em exportações *para a Ásia*.

Assim, a crise econômica asiática problematiza ambas as fontes de crescimento (setor estatal e não estatal), ameaça tanto a base dos fluxos de investimento em capital quanto os principais mercados para exportação.

Conseqüentemente, a China, em decorrência da crise, no plano econômico, vai procurar promover uma redefinição do papel das empresas estatais e uma reestruturação do setor bancário.

No seu processo de abertura, a China fortaleceu suas relações com a economia global através do comércio exterior. Aplicou estratégias e políticas corretas aproveitando suas indústrias intensivas em mão-de-obra e orientadas à exportação, ao mesmo tempo em que absorveu mais capital externo. (...) A China entrou agora numa etapa de desenvolvimento caracterizada pela modernização, reestruturação industrial e aprimoramento da qualidade da economia. Neste período tem que fazer esforços para buscar um crescimento estável da economia nacional, com ênfase no controle econômico, segurança financeira, otimização estrutural, progresso tecnológico, proteção do ambiente.¹⁰

Não há dúvidas de que a crise decorre de um problema de endividamento de curto prazo e, mais problemático, de vícios estruturais no sistema bancário. Deve-se ressaltar a

⁹ Estas considerações sobre impacto psicológico e tangível foram extraídos de STEINFELD, Edward S. "The Asian financial crisis: Beijing's year of reckoning". *The Washington Quarterly*, 21 (3): 37-51, Summer 1998.

¹⁰ ZHENGLING, Kou. Op. cit., p. 11

prática usual regional de contratação de empréstimos, sem garantias suficientes, ou mormente com base num clientelismo político ou de amizade. De resto, a região mantém seu ritmo dinâmico produtivo, podendo inclusive beneficiar-se da crise que, ao desvalorizar as moedas, dotou suas economias de maior competitividade.

Nesse sentido, a crise ocorrendo num momento em que as respectivas economias se encontram relativamente fortalecidas favorece a oportunidade de efetivação de reformas, anteriormente consideradas de urgência, mas que por negligência, já que a situação se mantinha favorável, tinham sido postergadas.

Não há igualmente dúvidas de que qualquer processo de ajuste implica em sacrifícios e dificuldades, mas isso não quer dizer que a Ásia não detém condições de superar esse momento. Jiang Zemin, no auge da crise em outubro de 1997, ponderava que "é normal que os mercados bursáteis subam e desçam", concluindo que nenhum investidor racional poderia perder a confiança na China, incluindo Hong Kong, por causa de um período de turbulência no mercado. Mesmo que se considere uma bravata essa colocação do líder chinês, note-se que na reunião da APEC, no final de novembro, mais importante do que considerar que a crise centralizou as conversações, provocando uma alteração na agenda programada, foi o fato da discussão ter se polarizado na conveniência de constituição de um fundo regional para tutelar o processo de recuperação ou na utilização do FMI. Isso é, discute-se o controle da reestruturação, provavelmente com vistas à ampliação de poder político e/ou econômico. Mas, mais do que isso, permite entrever que a crise é encarada como contornável, possibilitando inclusive novas oportunidades.

Quando em 28 de outubro de 1997 o índice Hang Seng de Hong Kong fechou com uma queda de 40% no mês, a crise econômica regional que tinha se iniciado em julho com a desvalorização do bath tailandês atingiu o norte asiático. A quebra de Hong Kong, até então considerado como um paraíso seguro, aprofundou a crise regional e reforçou as visualizações da Ásia como um risco para os investimentos. De outro lado, introduziu maiores desconfianças sobre o futuro da China pelo fato de manter elevada dependência do mercado de capitais da agora sua Região Administrativa Especial.

Nesse sentido, assim que os problemas se iniciaram em Hong Kong, diversos analistas procuraram prever os reflexos sobre a economia chinesa. Um menor crescimento em Hong Kong pode refrear as exportações chinesas para o território, afetando a balança de contas correntes chinesa. Assim como as empresas de Hong Kong que se instalaram no continente também poderiam dispor de menos capital e sentir menor necessidade de investimento.

A China, dotada de uma supercapacidade produtiva e confrontando-se com uma deflação doméstica e conseqüentemente ansiosa por rendimentos de exportações um momento em que seus competidores do Sudeste Asiático estão com preços por volta de 30 a 50% mais baratos do que a alguns meses atrás, poderá procurar reduzir margens de lucro em algumas de suas exportações para manter seu *market share*, colocando mais lenha numa espiral de queda de preços.

Assim, causou perplexidade a aparente indiferença com que a China inicialmente reagiu à crise. Ao contrário, é até interessante observar que há dez anos atrás, quando a Bolsa de Hong Kong sofreu quedas similares, o Banco da China contribuiu com US\$ 43 milhões para a constituição de um fundo de US\$ 500 milhões e, agora, aparentemente manteve-se indiferente, sob o pretexto de que seria inapropriada qualquer ação, o que após a devolução poderia ser interpretado como uma forma de intervenção. Esse distanciamento ou indiferença talvez possa em parte ser creditado ao fato de que no início de dezembro ocorreu a primeira reunião do Grupo Sino-Britânico de Ligação Conjunta desde a devolução de Hong Kong.

De outro lado, a modesta resposta chinesa pode também ter sido determinada pela percepção da necessidade de um ajuste entre o mercado de Hong Kong e os do continente. Segundo Fan Gang, ainda que o mercado de Hong Kong seja fundamental para os planos de reestruturação da economia chinesa, muitos em Beijing acreditam que ele estava por demais sobrevalorizado e deixando os do continente instáveis.

a) No Plano Econômico

Para Steinfeld,¹¹ as origens dos atuais problemas econômicos da China decorrem do papel das empresas estatais, representando a base da indústria pesada. São ainda as responsáveis pela siderurgia, equipamentos industriais, caminhões e derivados de petróleo. Além do fornecimento dos principais insumos industriais à economia chinesa, representam ainda a principal fonte de emprego e seguro social para a maioria dos trabalhadores urbanos, bem como a geração da maior parte das receitas fiscais do governo central. De outro lado, entretanto, sofrem de um inchaço de empregos, baixa produtividade e decrescente rentabilidade financeira.

Em decorrência da crise, as autoridades chinesas passaram a priorizar o processo de reforma das empresas estatais e do setor bancário.

¹¹ STEINFELD, Edward S. Op. cit., p.: 39.

Na realidade, estes dois setores apresentam-se interligados. Por muito tempo, a China procurou modernizar o setor estatal, permitindo a transferência maciça de recursos para estas empresas, sem qualquer análise de viabilidade econômica, provocando inclusive problemas de insolvência em alguns setores bancários.

No entanto, a transformação das empresas estatais é pensada e implementada com o maior cuidado já que elas são, de um lado, a principal fonte de empregos nas zonas urbanas. Note-se que em 1978, 78% da força de trabalho da China estava alocada no setor de empresas estatais, estando, em 1996, responsável por 65%.

De outro lado, as empresas estatais não só são fontes de emprego, mas também representam a única forma de seguro social. Isto é, na China inexistiu um sistema de seguro social, sendo então as empresas estatais responsáveis pelo bem estar social, incluindo habitação, saúde e pensões.

Conseqüentemente, a reconversão das empresas estatais levanta, a priori, o problema do desemprego, amplificado pela ausência de um sistema de seguro. Neste sentido, a perspectiva de um crescimento de desemprego, sem suporte social, potencializa os custos sociais e políticos da reestruturação do setor estatal.

De qualquer forma, o atual objetivo chinês é reduzir o número de empresas estatais, mantendo, no entanto, o controle sobre as atividades consideradas estratégicas, como a siderurgia, telecomunicações e energia.

O setor bancário chinês está modificando sua forma de atuação, procurando reduzir as decisões de ordem política pelas de enfoque de desenvolvimento de negócios, com atendimento prioritário ao setor exportador e tecnológico.

Na intenção de reforma do setor financeiro, o governo oficialmente atém-se às tarefas de:

- a) implementar um sistema financeiro moderno, incluindo o estabelecimento de filiais transregionais do Banco Central, a continuidade da reforma dos bancos comerciais estatais e ampliação do financiamento direto;
- b) o aperfeiçoamento do sistema de administração das instituições financeiras, ampliando a eficiência e a capacidade de resistência contra os riscos.¹²

¹² WANDI, Jiang. "Perspectivas del desarrollo social em 1999". *Beijing Informa*, no. 17, 27.04.1999, pp.: 20-22. Estas informações estão baseadas no livro Azul de Análises e Perspectiva da Situação social da China, publicado pela Academia de Ciências Sociais da China.

Como principal evidência desta tendência está a decisão de impedir os governos locais de nomear, de acordo com seus laços políticos, os gerentes das filiais do Banco Central, bem como de aprovar empréstimos.

No plano doméstico, transparece a percepção popular da potencial fraqueza dos bancos chineses, com possíveis implicações sobre a tendência de poupança. Neste sentido, a questão sobre a desvalorização ou não do *renminbi* é também raciocinada sobre os efeitos que provocaria sobre a poupança popular.

Nesta perspectiva de reforma do setor estatal, detectam-se ainda duas medidas importantes que obtiveram maior capacidade de implementação em decorrência da crise asiática. De um lado, aprovou-se no Nono Congresso Nacional do Povo, em março de 1998, o plano de reorganização do Conselho de Estado, com o objetivo de reduzir o tamanho da burocracia governamental. Neste sentido, o plano reduz o número de Comissões e Ministérios do Conselho de Estado de 40 para 29 e corta o número de burocratas do governo central pela metade, afetando aproximadamente 33.000 empregos. Esses cortes devem ser complementados em 1999 e 2000 por cortes semelhantes nas burocracias dos governos provinciais e municipais.¹³

De outro lado, está-se aplicando a diretriz de proibição do exército (PLA) de permanecer envolvido em atividades de negócios, o qual no final dos anos 80 controlava por volta de 20.000 empresas. Ainda que esta tendência não seja recente, a retomada desta expectativa decorre principalmente do fato do PLA dar relativa proteção a atividades de contrabando, acarretando uma significativa perda de renda fiscal.¹⁴

b) No Plano Estratégico

O presente colapso econômico asiático está propiciando o reforço das ambições da China em se transformar no principal poder regional. Ao não desvalorizar o *renminbi* e ao declarar que não o faz como uma contribuição para a segurança regional, candidata-se a ocupar um espaço político que naturalmente seria do Japão. Como o Vice-Premier Li Lanqing declarou no Foro Econômico Mundial de Davos, em fevereiro de 1998:

A competitividade de nossas exportações está sob pressão da drástica depreciação das moedas do Sudeste Asiático. Entretanto, a

¹³ GAN, Luo. "Explanation on Plan for Institucional Restructuring of the State Council". *Ta Kung Pao*, March 7, 1998, IN: Foreign Broadcast Information Service, *Daily Report/China*, March 10, 1998.

¹⁴ "Rampant Smuggling Threatens Goal of Maintaining 8 Percent Growth". *Ming Pao*, August 3, 1998, IN: Foreign Broadcast Information Service, *Daily Report/China*, August 5, 1998.

China não irá e não necessitará se valer da desvalorização do Renmimbi para estimular suas exportações... Isto não só em nosso próprio interesse, mas também como uma contribuição para a retomada da estabilidade e confiança nos mercados cambiais asiáticos.¹⁵

Mesmo que sua capacidade econômico-financeira seja relativamente bem inferior à japonesa, sua predisposição ou intenção é realçada pela aparente passividade do Japão em buscar medidas que pudessem não só minimizar a crise como revertê-la. Em outros termos, retoma-se a perspectiva da apatia japonesa e do contínuo interesse chinês em ser um ativo participante não só do contexto regional, como do mundial.

Se, entretanto, a China não mantiver sua moeda estável, a crise regional poderá ser consideravelmente pior. Uma série de desvalorizações competitivas, com a finalidade de manter participações de mercado, deverá gerar um desastre para a Ásia. Note-se que embora a China, sem uma moeda conversível, não tenha sido diretamente afetada pela crise, apresenta-se altamente fragilizada ao ter sob ameaça fluxos de investimento em capital e mercados para suas exportações de manufaturados. A maior parte do crescimento de seu setor não estatal deve-se à interdependência regional, seja em decorrência dos investimentos externos diretos oriundos da Ásia (principalmente da diáspora chinesa), seja das exportações direcionadas para a Ásia.

Na disposição de manter sua moeda estável obtém um engajamento norte-americano, diverso do até então adotado, ao ameaçar com desvalorização caso os Estados Unidos continuassem impassíveis frente à queda da moeda japonesa. Nesse sentido, a conseqüente visita de Clinton reforça suas pretensões de reconhecimento de seus status de potência regional e/ou mundial, bem como de acesso ao mercado americano para seus produtos.

Econômica e politicamente, a crise econômica asiática apresenta maiores desafios para Beijing do que o colapso da União Soviética: o sucesso do capitalismo estatal regional (Indonésia, Malásia e mesmo Cingapura) era visto como uma prova de que a China poderia implementar reformas de mercado e controlá-las com segurança sob um forte controle central. Mas o modelo chinês de desenvolvimento apresenta as mesmas características que reforçaram a crise no Sudeste Asiático: corrupção, clientelismo, intervenção estatal em

¹⁵ LANQING, Li. "China's economy in steady progress". *World Economic Forum*, Davos, 1 February 1998, pp.: 3-4.

investimentos em projetos espetaculares, um frágil sistema bancário e, no caso da China, um expressivo setor de empresas estatais demandando modernização. Se a crise econômica atingir a China, ela fundamentalmente enfraquecerá a região por um período mais prolongado.

Tradicionalmente a relação entre desenvolvimento econômico e segurança desempenhou um importante papel nas discussões sobre segurança regional. Há a percepção de que a preocupação da China com a modernização econômica a desviou de grandes envolvimento militares. Entretanto, as profundas reformas econômicas não só estão transformando a economia chinesa, como também estão começando a afetar seu sistema político. Para alguns observadores, permanece discutível se a crescente interdependência econômica com o resto da Ásia, com o mercado mundial e com a comunidade de investimentos transformará a China num grande poder cooperativo e pacífico, com restrição ao uso de sua força. Esta avaliação positiva, aparentemente, está sendo reforçada pelas reações da China à presente crise econômica regional, contribuindo para disseminação de um clima de maior confiança em suas reais intenções.

De outro lado, o debate interno norte-americano sobre as perspectivas de *contenção* ou de *engajamento* da China aparenta estar ficando obsoleto. Principalmente pela constatação de que qualquer política de contenção teria que ser bancada isoladamente, sem o aval de outras potências. Os principais países europeus, por exemplo, recusaram-se a apoiar a Resolução dos Direitos Humanos contra a China em 1997 em Genebra, bem como o boicote anglo-americano em decorrência da nova legislatura em Hong Kong. Nesse caso, a Europa manteve uma postura realista e pragmática na pressuposição de que a China ou as economias asiáticas ofereciam oportunidades vantajosas no processo de consolidação da unidade européia.

Dentro desse quadro, o crescimento do papel estratégico da China no processo de estabilização regional devido à crise e igualmente sua maior influência política mundial reforça o interesse norte-americano em evitar que a China se afirme como um poder *inimigo*, bem como em desenvolver um clima propício para ampliação de cooperação.

A crise levantou na região uma série de questionamentos sobre os benefícios da globalização e da interdependência econômica e mais especificamente sobre o papel dos Estados Unidos e do FMI na sua gestação e agravamento. Mas muito mais do que no plano global, a crise apresenta importantes implicações estratégicas regionais principalmente ao ampliar o clima de incerteza e ao desafiar as idéias de que a coesão regional ou de que a

interdependência econômica seriam fatores de prevenção de conflitos internacionais na Ásia.

De um lado, como ficou evidenciado na situação da Indonésia, o colapso econômico pode comprometer a estabilidade social e política da região pelo crescimento de demandas de um novo pacto político-social, não restritas somente a espaços localizados, mas ao conjunto regional. O tumulto verificado na Indonésia gerou preocupações não só com a possibilidade de transferência de contingentes populacionais à Austrália, Malásia e Cingapura, mas também com o surgimento de reivindicações por reformas políticas e sociais, principalmente na Malásia, e mesmo em Cingapura.

E, no plano externo, ao mesmo tempo em que se levantam dúvidas sobre a validade teórica do enfoque na interdependência econômica como um antídoto à reativação de conflitos latentes, constata-se que a idéia de desenvolvimento de mecanismos de segurança estratégica e econômica, baseados no modelo ASEAN de consenso e cooperação, está agora relativamente desacreditada.

Nesse sentido, o clima de desconfiança e descrédito possibilita alterações na balança de poder ao demonstrar as limitações dos principais poderes. Os Estados Unidos, ao ser considerado como um dos responsáveis pela crise e por influenciar o FMI na promoção de reformas econômicas, aparenta estar desempenhando um papel exclusivamente voltado para a defesa de seus interesses. Independentemente do papel de promotor do desenvolvimento econômico que o Japão desempenhou nas décadas anteriores, o tímido e vacilante empenho japonês, aliado à incapacidade de resolver suas próprias dificuldades, deve minimizar suas potencialidades de deter um papel proeminente regional. Mesmo as instituições regionais como a APEC (Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico) e a ARF (Fórum Regional da ASEAN) mostraram-se incapazes de trabalhar em conjunto na crise. Nesse sentido, a China beneficia-se da fragilidade dos principais atores e ao não se engajar numa desvalorização competitiva transmite a imagem de um poder cooperativo e pacífico.

Na recente e extensa viagem do Presidente Clinton à China (1998), dois fatos chamaram sobremaneira a atenção. O primeiro é de aparentemente não se ter chegado a nenhum compromisso de importância: não se assinou nenhum acordo, não se estipulou qualquer tipo de cronograma para a implementação de medidas e/ou reformas. Assim, pode ser considerado como um encontro de dois gigantes, com agendas internacionais bem diferenciadas, que se satisfizeram em endereçar mensagens cifradas a seus respectivos

públicos domésticos. De outro lado, chama igualmente atenção uma reação de desconforto, para não dizer diretamente de ciúmes, por parte de alguns Estados de projeção na região.

Mas é exatamente nessa aparente falta de sentido ou de resultado que reside a importância da visita. Em primeiro lugar, ressalta-se o reconhecimento explícito de que a China é uma potência regional e que seu papel é fundamental para manutenção da estabilidade econômica e estratégica da Ásia. Em segundo, num quadro indefinido, com o Japão em crise, o Sudeste Asiático em tumulto, o Sul da Ásia em efervescência nuclear, os Estados Unidos está procurando reordenar suas relações no contexto asiático, priorizando o relacionamento estratégico com a China, de forma a manter sua liderança regional.

Dessa forma, é que se pôde constatar que as duas potências agora mantêm posicionamentos comuns e alinhados frente às principais questões regionais, tanto na crise financeira quanto nas questões nucleares envolvendo Índia e Paquistão e mesmo no que se refere às tensões na Península Coreana. A China beneficiou-se ainda do apoio explícito de Clinton à sua política em relação a Taiwan.

Nos dois últimos anos, as relações entre a China e os Estados Unidos aparentavam estar progredindo constantemente, podendo-se inclusive pensar no estabelecimento de uma *parceria estratégica cooperativa*. Desde a visita de Jiang Zemin aos Estados Unidos em outubro de 1997 e a de Clinton à China em julho de 1998 começou-se a empregar este conceito, ponderando-se que: a) os Estados Unidos estava reconhecendo explicitamente que a China é uma potência regional e que seu papel é fundamental para a manutenção da estabilidade econômica e estratégica da Ásia, e b) as duas potências mantêm posicionamentos comuns e alinhados frente às principais questões regionais.

A convergência de interesses era sentida principalmente tanto na crise financeira, com a China não desvalorizando o *renmimbi*, quanto nas questões nucleares envolvendo Índia e Paquistão e mesmo no que se refere às tensões na Península Coreana.

Cabe ainda lembrar que, de um lado, dentro desse clima conciliador, Clinton lamentava em Xangai que sua visita não tivesse resultado nos acordos necessários para a admissão da China na Organização Mundial do Comércio. E, de outro, num assunto melindroso para a sensibilidade chinesa, declinou seu apoio aos *três nãos*: não apoio à independência de Taiwan, à criação de duas Chinas e à admissão de Taiwan nas Nações Unidas.

Sob esta perspectiva cooperativa, o desenho inicial da visita do Premier Zhu Rongji, em abril de 1999, aos Estados Unidos tinha o objetivo precípuo de obter o apoio norte-americano para a reivindicação de ingresso na Organização Mundial do Comércio.

No entanto, suas entrevistas nos Estados Unidos foram marcadas por questões que inicialmente não tinham sido previstas, como o bombardeamento da Iugoslávia, acusações de espionagem nuclear chinesa nos Estados Unidos e contribuições ilegais para a reeleição de Clinton, bem como as tradicionais sobre desrespeito aos direitos humanos.

A principal conclusão que se pode deduzir de sua visita é que a perspectiva de estabelecimento de uma *parceria estratégica cooperativa*, ainda que não tenha sido consolidada, já foi descartada. O objetivo de ampliar as relações entre os dois lados desapareceu prematuramente devido à permanência de diferenças irreconciliáveis no que se refere a diversos aspectos da segurança aos direitos humanos.

Ainda que não se possa prever uma tendência de crescimento de conflitos entre os dois parceiros, fica mais claro que a perspectiva chinesa de desvincular os laços comerciais dos políticos foi postergada para um futuro distante e que cada questão será uma questão. E que, principalmente na pretensão de acesso à OMC, as concessões e pretensões chinesas redundaram negativas. Como aponta David Shambaugh,

Beijing e Washington têm agendas muito divergentes, se não estrategicamente competitivas. É um erro usar a linguagem de parceria estratégica quando, na realidade, os dois discordam em quase todas as questões estratégicas.

Na percepção chinesa, as imagens das bombas em Belgrado induzem a pensar o que aconteceria se houvesse um conflito militar no Estreito de Taiwan. Em seu ponto de vista, é um grave precedente que a ação EUA-OTAN se realize sem uma consulta prévia à Organização das Nações Unidas e com o objetivo de intervir num Estado soberano que apresenta um grave conflito com um movimento de independência dentro de suas fronteiras. Além do mais, o bombardeamento aparenta envolver uma nova realidade estratégica: EUA é o único poder global capaz de moldar coalizões para desencadear guerras em qualquer canto e mais importante, não o faz só para proteger interesses territoriais ou econômicos, mas princípios.

Nesse sentido, a China publicamente defende a idéia de que os ataques da OTAN são uma afronta à soberania de um Estado independente e à autoridade do direito internacional e que Kosovo é uma questão interna da Iugoslávia.

Apesar das cobranças que recebeu, Zhu Rongji procurou transmitir a imagem de amizade, procurando reverter a hipótese da *China ameaça* pela teoria da *China*

oportunidade, enfatizando a importância do maior mercado em desenvolvimento para a maior economia desenvolvida do mundo. No plano econômico-comercial, sua proposta é simples e direta: a China é um país amigo e não inimigo. Nesse sentido, Zhu, pragmaticamente, deixa transparecer que apesar das divergências em questões de estratégia, o relacionamento com os Estados Unidos é primordial para manutenção do processo de desenvolvimento econômico da China. No ano passado, os Estados Unidos apontaram um déficit de US\$ 57 bilhões no seu relacionamento com a China, sendo que nesta tendência a China deve brevemente superar o Japão como o país com o maior superávit comercial.

A disposição norte-americana de ir à guerra por princípios, antes do que por segurança, espanta a China. Beijing aparentemente contava com uma aliança militar ocidental baseada em interesses estratégicos concretos e não em moral ou em princípios humanitários. E igualmente não era esperado que se envolvessem sem uma aprovação da ONU.

A perspectiva de que um eixo possa emergir para contrabalançar o peso americano na Ásia carece de uma comprovação real. A crise aproxima mais a China e Rússia do que nos períodos anteriores e a Índia parece acalentar a idéia de cooperação crescente com os dois países. Mas, na realidade, nenhum dos grandes poderes da Ásia tem peso econômico para ignorar seus laços comerciais com os EUA. Neste sentido, uma forte presença dos EUA na região é mais um conforto do que uma ameaça para a maior parte dos países da região.

Destarte, além da crise de Kosovo, com a perspectiva de ampliação da capacidade norte-americana e de um precedente sobre novos direitos de intervenção, as acusações de espionagem e de roubo de segredos nucleares, acompanhadas pelo bombardeio da embaixada chinesa possibilitam deduzir que as relações sino-americanas encontram-se próximas de uma nova era glacial, mas não necessariamente um ponto de inflexão no atual relacionamento.

CONCLUSÃO

A crise asiática suscitou a questão da sustentabilidade do modelo econômico aplicado na China. Através da visualização dos fatores que tinham propiciado o surgimento da crise, constatava-se a presença dos mesmos no espaço chinês. Neste sentido, a República Popular da China está procurando aplicar uma série de medidas, principalmente

no que se refere à modernização e reestruturação das empresas estatais (*market oriented*) e do setor bancário (*financially oriented*).

De outro lado, a China procurou instrumentalizar a crise de forma a poder ampliar o seu poder regional e/ou internacional.

Praticamente não se encontram dúvidas quanto ao apoio dos militares que consideram que um amplo crescimento econômico é indispensável para manter as defesas da China numa época em que o desenvolvimento tecnológico é determinante para a capacidade militar. Note-se igualmente a baixa dúvida quanto à habilidade das lideranças para manter a iniciativa política. Neste sentido, pode-se apontar o rápido e eficiente desbaratamento da seita Falun Gong, apesar de seu rápido crescimento (tanto ao nível regional quanto numérico).

Ainda no que se refere ao bombardeamento da Embaixada da República Popular da China em Belgrado, o governo conseguiu ganhar pontos políticos.

Mais do que isso, os líderes chineses contam com uma vantagem extra: os instrumentos políticos econômicos e sua distribuição melhoraram significativamente nos anos 90. Ao contrário da situação anterior à ascensão de Zhu Rongji, em agosto de 1993, a China conta agora com um Banco Central profissionalizado, institucionalmente forte e independente dos poderes locais. O Banco Central desenvolveu mecanismos anteriormente inexistentes, como operações de *open-market*, controle de reservas, entre outros. As reformas fiscais, envolvendo uma clara divisão de rendas entre os governos central e local, por exemplo, ampliaram a capacidade de mudança do rumo da política fiscal de uma forma razoavelmente rápida.¹⁶

Pelas declarações de Zhu Rongji no Congresso Nacional do Povo, em março de 1999, 'a ordem econômica está um tanto quanto em desordem', 'a disciplina financeira é frouxa' e 'a demanda do mercado é fraca'¹⁷ constata-se a conscientização do governo chinês sobre a monstruosa tarefa de reestruturação da economia chinesa. Para os trabalhadores, no entanto, as atuais reformas econômicas representam nada menos do que a renegociação do contrato social e econômico que imperou na China durante os últimos 50 anos. E mais do que isso, a reestruturação do relacionamento entre o Estado e as instituições econômico-financeiras introduz parte dos pré-requisitos para uma transformação radical do sistema político.

¹⁶ Sobre estas questões, veja-se: BHASKARAN, Manu. "Will China derail recovery?" *Far Eastern Economic Review*, 162 (31): 42, August 5, 1999.

¹⁷ "Reality Check: at least Premier Zhu isn't hiding China's problems". *Far Eastern Economic Review*, 18 March 1999, p.: 2.